

JUSTIÇA AMBIENTAL

Rua de Kamba Simango nº 184, Maputo Tel: +258 21 496668

Junho de 2016



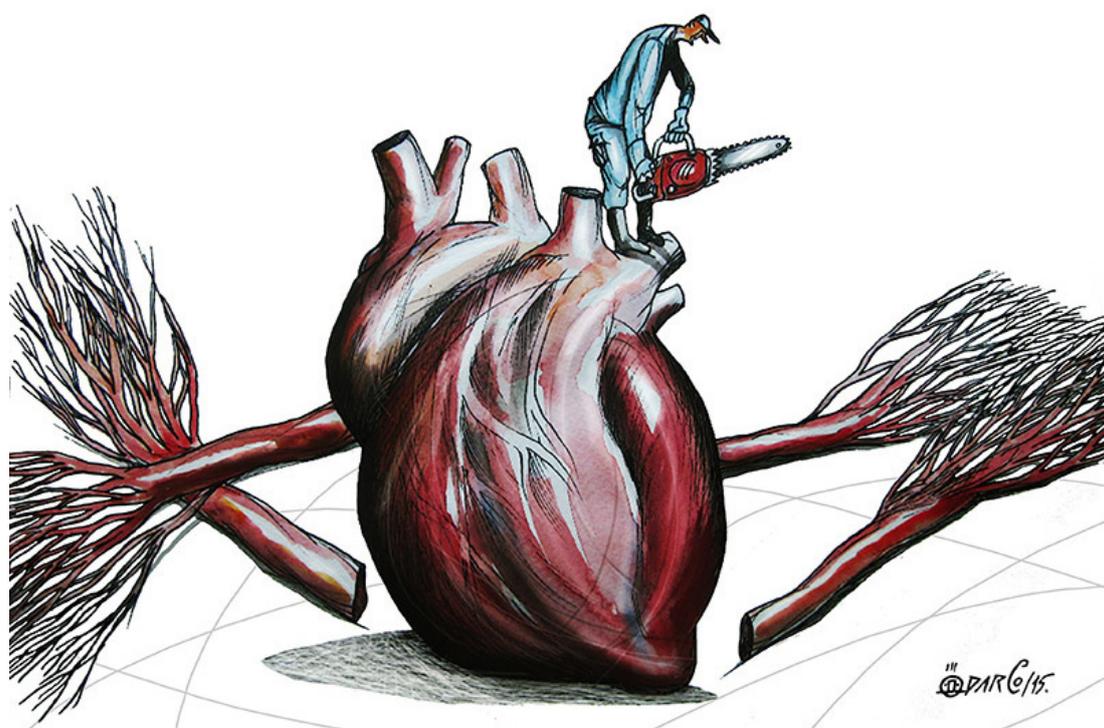
DO ELDORADO AO PROTESTO SOCIAL
Algumas dinâmicas da Sociedade Civil na Província de Tete

Conselho Editorial

Anabela Lemos, Daniel Ribeiro, Janice Lemos, Ruben Manna, Samuel Mondlane e Vanessa Cabanelas

Boletim informativo com a autorização Nr. 17/GABINFO-DEC/2007

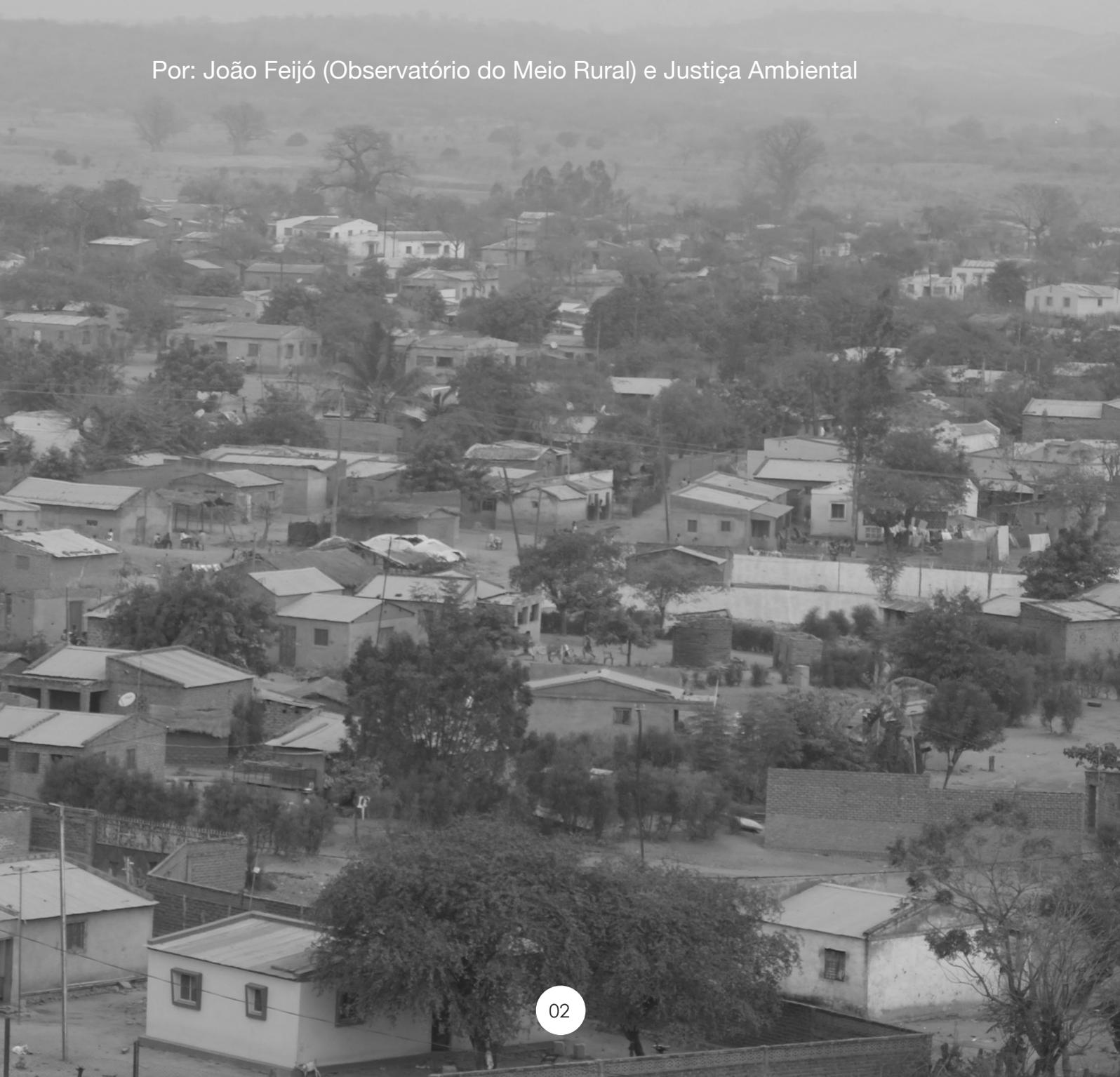
Mau Humor



DO ELDORADO AO PROTESTO SOCIAL

Algumas dinâmicas da Sociedade Civil na Província de Tete

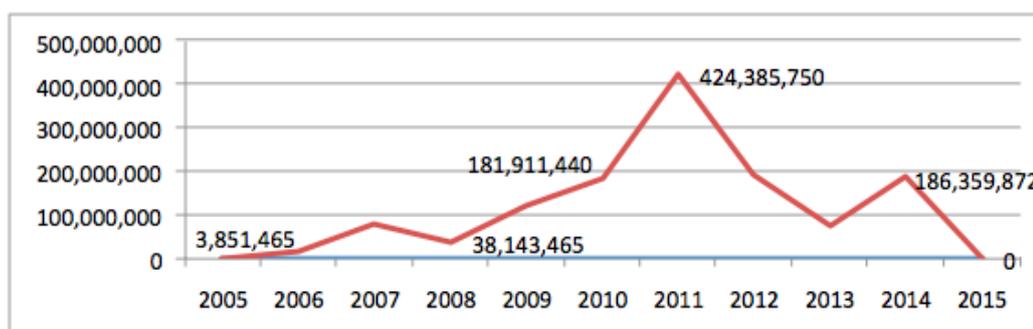
Por: João Feijó (Observatório do Meio Rural) e Justiça Ambiental



1. O BOOM ECONÓMICO E O ELDORADO DE TETE

A partir de meados da década de 2000, a província de Tete passou a constituir um centro de atracção do grande investimento internacional, com particular impacto ao nível da indústria extractiva. De acordo com as informações disponibilizadas pela Direcção Provincial dos Recursos Minerais, o auge da prospecção e pesquisa aconteceu nos anos de 2009 e 2010, sobretudo ao nível do carvão, zinco, platina, ouro e metais básicos. Em 2011 a mineradora Vale iniciou o processo de extracção de carvão, em 2012 começou a Rio Tinto e, em 2013, a empresa Jindal. Ainda que bastante concentrado nos distritos de Tete e Moatize, mas também Changara e Mutarara, o volume de investimento na província atingiu o valor mais elevado no ano de 2011 (ver gráfico 1), sobretudo na área de mineração, mas também noutros sectores como a construção, hotelaria e restauração. É neste contexto de euforia económica que, na comunicação social e nos meios académicos, se começou a prestar atenção ao que ficou designado de El Dourado de Tete (Mosca e Selemane, 2011).

Gráfico 1: Evolução do volume de investimento aprovado pelo CPI na província de Tete (2005-2015), em USD



Este rápido crescimento económico processou-se num contexto de ausência de estruturas de ensino e de formação capazes de responder às necessidades do mercado, de experiências acumuladas sobre processos de reassentamentos populacionais, de conhecimentos e capacidade na área de prevenção e fiscalização ambiental ou de sistemas de governação transparentes e democráticos. A título de exemplo, no início deste processo, o centro de formação profissional do INEFP em Tete estava em ruínas, o Instituto de Geologia e Minas de Moatize possuía uma estrutura obsoleta e não existiam instituições de ensino superior na província.

2. AS DINÂMICAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O rápido crescimento económico não deixou de ter implicações sobre os movimentos sociais e sobre as dinâmicas da sociedade civil na província de Tete. Por sociedade civil entende-se o espaço da sociedade, fora da família, do mercado e do Estado, onde os cidadãos se associam para a concretização dos seus objectivos (Heinrich, 2007). Trata-se da arena pública onde as pessoas, estruturadas em grupos de interesse, se juntam e se relacionam, competindo e cooperando, discutindo e negociando, influenciando-se politicamente, com vista a condicionar políticas e programas sociais, quer para o bem comum, quer com base em interesses privados. A sociedade civil não tem que existir necessariamente num espaço formalizado e institucionalizado, podendo existir em grupos espontâneos e não organizados, de cariz mais efêmero e pontual. Por sociedade civil iremos aqui considerar não só os grupos sociais organizados e sem fins lucrativos – que incluem organizações filantrópicas, religiosas, sindicatos e associações profissionais, partidos políticos ou cooperativas, entre outros – mas também órgãos de comunicação social, assim como os movimentos mais informais de intervenção social.

Um pouco à semelhança de outras zonas de Moçambique, ao longo das últimas décadas, assistiu-se a diversas transformações das organizações da sociedade civil na província de Tete, quer ao nível dos objectivos e do âmbito de actuação, quer das formas e fontes de financiamento, quer ao nível da respectiva organização.

Após a independência de Moçambique a Frelimo proclamou-se a “força dirigente do Estado e da sociedade”, transformando-se numa instituição política hegemónica relativamente às várias esferas do social. Nas décadas seguintes a sociedade civil formal moçambicana ficou largamente circunscrita às chamadas organizações democráticas de massas, como a OMM, a OTM ou a OJM. Após a celebração do Acordo Geral de Paz, e tirando partido do espaço criado pela Constituição de 1990, surge um conjunto de novas organizações, inicialmente actuando sobre situações de emergência humanitária, relacionadas com o regresso e reassentamento de refugiados de guerra, com a assistência médica e alimentar ou com a prevenção de doenças como o HIV-SIDA, a cólera ou a malária. Com a entrada no novo milénio, acompanhando a estabilização política do território e a suspensão ou mudança de financiamentos, assiste-se ao desaparecimento de diversas colectividades e à emergência de uma terceira geração de organizações ou de formas de actuação, com uma abordagem menos assistencialista e mais direccionada para o esforço empreendedor. É neste âmbito que um conjunto de organizações não-governamentais passa a estimular a organização associativa de pequenos produtores ou a constituição de micro-negócios, visando o aumento da produção agrícola e a segurança alimentar. Neste contexto, surgem inúmeras associações de produtores, no âmbito da iniciativa dos sete milhões ou visando a atribuição de DUAT's para actividades agro-pecuárias. De acordo com a Direcção Provincial da UNAC em Tete, já foram criadas 570 associações locais, visando não só a organização produtiva mas, também, a defesa dos interesses dos camponeses. Mais recentemente, em resultado do abrupto investimento económico, dos respectivos efeitos sobre reassentamentos populacionais, sobre as assimetrias de acesso a recursos de poder ou sobre o meio ambiente em geral, emergem novas organizações da sociedade civil preocupadas com um conjunto de direitos fundamentais das populações. Mais circunscritas aos centros urbanos, ainda que com capacidade de alcance das zonas rurais, uma quarta geração de organizações tende a actuar ao nível da assistência jurídica das populações desfavorecidas. Dinamizada por populações mais escolarizadas, estas iniciativas procuram estimular a cidadania activa, constituindo um mecanismo de pressão sociopolítica e incomodando, de alguma forma, os poderes dominantes. Saliente-se que a distinção destes conjuntos de organizações não deve ser interpretada de forma estanque: não só os respectivos âmbitos de actividade se estenderam por variadas áreas, como a respectiva actuação se prolongou pelos vários períodos identificados.

De qualquer das formas, na segunda metade da década de 1990 formou-se, na província de Tete, o Fórum Provincial das Organizações Não Governamentais, numa época em que existiam mais de 200 organizações não governamentais na província, distribuídas entre instituições religiosas, associações profissionais, sindicatos e outras organizações. Nos últimos anos foram criadas quatro plataformas distritais, nomeadamente em Changara, Moatize, Tete, Cahora Bassa, estando em curso a constituição de novas plataformas nos distritos de Mábue e de Angónia. O Fórum Provincial não dispõe de informação actualizada sobre o total de organizações existentes na província. De qualquer das formas, segundo o presidente do Fórum, existem hoje 85 organizações activas que participam, sobretudo, nos distritos de Tete e de Moatize.

Para além de se pretender assumir como um mecanismo coordenador das actividades das OSC da província, o Fórum emite o posicionamento da sociedade civil perante o Governo, nas duas sessões anuais do Observatório do Desenvolvimento. Nestes encontros, foram apresentadas preocupações relativamente ao estado da educação

(superlotação de salas de aulas, qualidade dos professores e situação social dos alunos, insucesso escolar, fraca qualidade das escolas técnico-profissionais, falta de carteiras), ao nível da saúde (longas distâncias percorridas para aceder a unidades sanitárias, insuficiência de pessoal e falta de ética de alguns profissionais), das infra-estruturas (acesso a água potável em muitos pontos da província, deficientes vias de acessos a distritos potencialmente produtivos como Zumbo, Tsangano e Chifunde), má aplicação do fundo de desenvolvimento agrícola ou ausência de apoios em insumos a camponeses. O fórum tem também levantado problemas relacionados com o impacto da indústria extractiva, nomeadamente com os processos de reassentamento, diminuição da produção agrícola, insegurança alimentar, situações de compensação mal resolvidas, baixos valores das indemnizações e consultas comunitárias deficientes, assim como situações de abuso policial, resultando em situações de “descontentamento silencioso nas comunidades reassentadas”, o que “necessita de mais diálogo, principalmente do Governo” (G20, 2011: 10)

Pelo carácter activo que vêm mantendo ao longo dos últimos anos, destaca-se a acção de diversas organizações. Por um lado, ao longo dos últimos anos surgiram diversos órgãos de comunicação social, desde rádios comunitárias a jornais electrónicos. Em 2012 surgiu em Moatize o semanário electrónico Malacha e, em 2015, o diário electrónico Mulambe, desta vez na cidade de Tete. Estes periódicos têm pouco mais de uma centena de assinantes – espalhados pelos dois municípios da província – mas também por outros distritos como Changara, Chiúta, Chifure e Angónia. Estes órgãos de comunicação imprimem pouco mais do que uma centena de exemplares, distribuídos por ardinhas em postos de venda específicos da cidade. Em distritos como Cahora Bassa, Changara, Macanga, Marara, Mutarara ou Moatize surgiram também rádios comunitárias, alargando o acesso à informação pelas zonas rurais. Não obstante a falta de meios de transporte que dificultam as deslocações ao terreno, o trabalho em regime de voluntariado ou o défice de formação, no seu conjunto, estes órgãos de comunicação não deixam de reportar um conjunto de assuntos políticos, económicos e sociais, relacionados com a exploração ilícita de recursos naturais, com casos de corrupção e peculato nos organismos públicos, paralisações laborais ou acções de protesto de comunidades. Estabelecendo um conjunto de parcerias com diversas organizações não governamentais, estes órgãos fornecem o seu contributo para a edificação da democracia, para a transparência e participação comunitária, para a advocacia sobre os direitos humanos e de criança, violência doméstica ou de género, entre outros direitos fundamentais.

Por outro lado, um crescente número de organizações não governamentais vem actuando ao nível da advocacia, intervindo em questões relacionadas com a poluição e saneamento do meio, com reassentamentos populacionais ou de exploração de recursos naturais. Trata-se de acções de apoio à constituição e legalização de comissões de moradores ou de comissões locais de gestão de recursos naturais em vários distritos da província, divulgando as leis (presencialmente, através de documentos impressos ou de rádios comunitárias). Neste âmbito, formaram-se repórteres comunitários e distribuíram-se smartphones por populações, para denúncia de situações lesivas dos interesses das comunidades em plataformas online.

Paralelamente, o crescente investimento na província traduziu-se num aumento do número de indivíduos sindicalizados. Se em 2006 existiam cerca 23 comités sindicais filiados no SINTICIM, no final de 2015 esse número aumentou para 115, englobando cerca de 8.000 trabalhadores filiados, distribuídos pelas minas (65%), pela construção (25%) e pelo sector madeireiro (10%). Este alargamento de trabalhadores sindicalizados não deixa de contribuir para a melhoria dos respectivos conhecimentos acerca de direitos e deveres laborais. Simultaneamente, surgem diversas associações profissionais, com destaque para as de camponeses. Em finais de 2015 existiam 570 associações locais

de camponeses, organizadas a nível provincial, que procuram defender os interesses dos agricultores locais.

3. MOTIVOS DE PROTESTO E MANIFESTAÇÃO DO CONFLITO

O alvo de protesto destas organizações tem sido diversificado, focando questões como os reassentamentos populacionais, as relações laborais, situações de corrupção, de exploração ilegal de recursos naturais ou a defesa de interesses económicos e corporativos específicos.

Em virtude da instalação de grandes projectos extractivos, particularmente nos distritos de Moatize e de Marara, os consequentes processos de reassentamento populacional foram bastante polémicos, caracterizados pelo défice de participação comunitária, por promessas de emprego não concretizadas, por insuficientes indemnizações ou pelo reassentamento em áreas com piores condições de produção. Estas situações reflectiram-se na diminuição da produção, inclusive ao nível agrícola, com consequências inclusive sobre a segurança alimentar. Os impactos ambientais dos projectos extractivos (a nível atmosférico e dos recursos hídricos) agravaram a tensão social.

Ainda que as diversas empresas mineradoras venham apresentando grelhas salariais atractivas, a realidade é que não deixaram de se reportar diversos problemas laborais, relacionados com assimetrias de recompensas (entre moçambicanos e estrangeiros), com políticas de gestão de carreiras e salariais alegadamente ambíguas ou com longas e duras jornadas de trabalho (turnos de 12 horas consecutivas e operações com camiões de 600 toneladas).

Por outro lado, os órgãos de comunicação social vêm denunciando, com relativa frequência, diversas situações de corrupção, de peculato e de engrandecimento oportunista, por parte de quadros dirigentes provinciais, distritais ou municipais. Diversas organizações da sociedade civil apresentaram um conjunto de irregularidades durante os processos de observação dos escrutínios eleitorais, denunciando ainda diversas situações de exploração ilegal de recursos naturais.

Estas acções de protesto e de conflito foram manifestadas por diversos meios, quer de forma mais declarada, quer de forma mais silenciosa e informal.

Através dos fóruns convocados pelo Governo provincial, de reuniões esporádicas, petições ou acções em tribunal, algumas organizações mais esclarecidas ou próximas dos centros de decisão têm recorrido aos canais previstos na Lei para denunciar problemas sociais e realizar uma pressão política sobre os órgãos de decisão. Da mesma forma, a denúncia à comunicação social (ainda que muitas vezes sob o anonimato) de alegadas injustiças constituiu outra forma de protesto e de exercício da cidadania.

A realização de marchas (em apelo à paz, pela defesa dos direitos humanos, contra a violência doméstica ou em solidariedade com as vítimas de Chitima) tornou-se, nos últimos anos, uma prática regular na província de Tete, sobretudo em volta dos principais centros urbanos, tornando-se crescentemente uma iniciativa de organizações não governamentais independentes do poder político. Ainda que nem sempre realizadas de forma legal, as paralisações laborais passaram a constituir um acontecimento comum nos centros industriais, em reacção a situações de não renovação de contrato de trabalho, de contenção de benefícios, assim como do corte de bónus anuais.

Da parte das populações reassentadas, a ocupação das vias rodoviárias (impedindo o acesso à empresa) ou ferroviárias (impedindo o escoamento do carvão) tem constituído a forma mais mediática de protesto.

Já de forma mais invisível, informalizada e menos assente no confronto directo, outras formas de protesto têm-se mostrado bem menos arriscadas, particularmente em contextos menos participativos e democráticos. Cantadas na língua local e recorrendo à metáfora subtil, diversas músicas populares têm constituído uma forma politicamente segura de crítica social, nomeadamente do autoritarismo do poder local, da acção das

mineradoras, assim como de defesa de interesses sectoriais. Cantada por camponeses da UNAC, em “Kodi tingasamwe nanyi...?!” [O que tenho de mais precioso?], faz-se a apologia da importância da agricultura para o progresso económico, não deixando de ser veiculada uma política de desenvolvimento social, alternativa à aposta na indústria extractiva:

<i>Kodi tingasamwe nanyi...?!</i>	<i>No que tenho de mais precioso...?!</i>
<i>Kodi tingasamwe nanyi...?!</i>	<i>No que tenho de mais precioso...?!</i>
<i>Na kulima.</i>	<i>É a produção.</i>
<i>Kodi tingasamwe nanyi...?!</i>	<i>No que temos de mais precioso...?!</i>
<i>Na Kulima.</i>	<i>É trabalhar a terra.</i>
<i>Ife ndingasamwe nanyi...?!</i>	<i>No que temos de mais precioso...?!</i>
<i>Na kulima.</i>	<i>É no cultivo dos campos.</i>
<i>Ife tinga dade ney...?!</i>	<i>No que podemos exhibir como de mais precioso...?!</i>
<i>Na kulima.</i>	<i>É produzindo.</i>

Outras músicas versam sobre questões relacionadas com o exercício do poder por parte das estruturas dirigentes, nomeadamente sobre a intolerância política de diversos governantes. A título de exemplo, em “Ndie Nsambowanu Uiyu...” [Essa é a vossa maneira de ser], o cantor Carlos Figueira denuncia a intolerância política dos governantes, assim como a tendência de excluir aqueles que formam um pensamento alternativo:

<i>Ndie Nsambowanu Uiyu...</i>	<i>Essa é a vossa maneira de ser..</i>
<i>Ndie Nsambowanu Uiyu...</i>	<i>Essa é a vossa maneira de ser..</i>
<i>Malepo tsapano citsangho</i>	<i>Culmina agora com a exclusão</i>
<i>Uiyu Bwangu</i>	<i>Esse é meu</i>
<i>Uiyu bwauku</i>	<i>Esse é daí</i>
<i>Uiyu bwangu Uiyu,</i>	<i>Esse é nosso</i>
<i>Uiyu bwangu lini</i>	<i>Esse não é nosso</i>
<i>Kumalizira mbadzo ghaa...</i>	<i>Termina-se por cortá-lo com o machado</i>
<i>Nfhuti boo...</i>	<i>Até a atingir com o tiro da Arma de Guerra...</i>

Da mesma forma, em “Leka ku khumata pa muy pali pako” [Não se encolhe na sua própria casa], o grupo musical Kachingue Boys apela à participação sociopolítica dos cidadãos.

Uma outra forma de manifestação, constatada em diversas ocasiões do quotidiano, relaciona-se com a maledicência ou com o humor satírico. Proferidas no seio de pequenos grupos de confiança, diversos comentários jocosos sobre a derrota eleitoral do partido no poder numa determinada mesa de voto ou comentários espirituosos sobre polémicas declarações de personalidades governamentais constituem, na verdade, formas relativamente seguras de manifestação de descontentamento social. A maledicência é conjugada com formas de cinismo social, expressas na repetição de slogans de apoio ao partido no poder em reuniões comunitárias, assim como na presença popular em comícios políticos organizados por figuras do Estado, em visitas a comunidades afectadas. Se a atitude irreverente é emitida, sobretudo, no privado, o apoio submisso é manifesto em público, evitando-se desta forma represálias e procurando reduzir tensões com as autoridades. Os pequenos roubos nas grandes empresas mineradoras (particularmente de combustível) têm sido frequentemente reportados pela comunicação social. Ainda que constituam actos oportunistas que visam a obtenção de benefícios próprios, os roubos não deixam de poder ser interpretados como formas de contorno de situações de assimetria socioeconómica e de protesto contra o grande

poder económico.

Apesar de constituir um espaço de protesto dos trabalhadores, a realidade é que as empresas não perderam o controlo sobre a organização das marchas do primeiro de Maio. Disponibilizando os meios de transporte dos trabalhadores, a carrinha para o desfile e, inclusivamente, camisetas e refeições, a entidade patronal demonstra todo o seu poder económico. Se a empresa procura transformar o momento numa celebração corporativa, participando inclusivamente na escolha de cânticos, slogans e dísticos, muitos trabalhadores não deixam de demonstrar subtilmente o seu descontentamento relativamente laboral, optando por desfilar mais atrás do carro da empresa, ou exibindo dísticos independentes e com subtis mensagens de protesto .

4. A REACÇÃO AO PROTESTO SOCIAL

Ainda que tenham sido realizadas diversas visitas de governantes locais às zonas em conflito, para auscultação das populações, as reacções governamentais às diferentes formas de protesto oscilaram, frequentemente, entre o evitamento, a criação de obstáculos burocráticos, o aliciamento, a descredibilização do protesto, a ameaça verbal ou mesmo a repressão policial. De acordo com os interlocutores, ainda que ocorra a participação das estruturas do Governo em eventos promovidos por organizações da sociedade civil, a realidade é que predomina uma atitude de evitamento. Não obstante o seu carácter plurianual, o Governo provincial não tem convocado as reuniões do observatório do desenvolvimento, limitando desta forma a intervenção das organizações da sociedade civil, num contexto de forte descontentamento social. Diversos editores de órgãos de comunicação social mais críticos relativamente ao poder governamental queixaram-se de atitudes de black out informativo por parte de representantes do poder governamental.

A criação de dificuldades burocráticas para o deslocamento de determinados membros de organizações não governamentais aos distritos – nomeadamente a exigência de credenciais devidamente carimbadas pelas diversas estruturas governamentais, implicando a deslocação por longas distâncias e o aumento dos tempos de espera –, assim como a frequente desconfiança demonstrada ao longo deste processo em relação a investigadores e activistas, constitui um subtil mecanismo de controlo das actividades destas organizações.

O aliciamento constitui também uma estratégia referida por diversos interlocutores, nomeadamente através do convite de dirigentes mais críticos para assumirem determinados cargos directivos a nível local. No campo da comunicação social o aliciamento expressa-se através de convites para acompanhar as visitas governamentais pelos distritos, da oferta de alojamento a jornalistas em instalações cedidas pelo Governo ou do pagamento inflacionado de ajudas de custo, por parte do Governo ou de empresas públicas.

Os editores de órgãos de comunicação social referiram diversas situações de ameaça por parte do poder político, incluindo a apresentação de acusações de difamação em tribunal, assim como pressões sobre empresas privadas para retirarem o apoio publicitário ao órgão de comunicação. Em 2012, o administrador do distrito de Macanga ordenou o encerramento da rádio comunitária de Furankungo por alegadamente divulgar informações que não eram do seu agrado. A ameaça de prisão constituiu também uma reacção frequentemente referida, quer por dirigentes de organizações de apoio jurídico ou de instituições sindicais, neste último caso na sequência da convocação de uma greve.

As diversas ocupações de vias rodoviárias e ferroviárias ou paralisações laborais resultaram na pronta intervenção da Unidade de Intervenção Rápida que, com recurso a balas reais, gás lacrimogéneo e bastões, agrediu e prendeu manifestantes, desobstruindo as vias de acesso. Esta repressão policial gerou um clima de medo entre

as populações, assim como a deterioração da imagem construída sobre o Governo provincial, considerando-o invariavelmente aliado do grande capital. Esta aliança é sustentada pelo facto de diversos cargos directivos de empresas mineradoras terem desempenhado, anteriormente, cargos importantes ao nível do Governo local e provincial.

Da parte de representantes do Governo, estas acções de protesto foram frequentemente explicadas pela alegada ingerência de agitadores externos, com agendas obscuras, desmoçambicanizando desta forma o conflito. A alegação da existência de uma entidade externa, malévola e hostil aos interesses nacionais, constitui uma estratégia politicamente útil, sobretudo em cenários de crise, de contestação social e de diminuição da legitimidade do poder dominante. Como explica o Presidente do Fórum Provincial das ONG's de Tete, as reacções dos representantes do Estado dependem da figura governamental que estiver no poder – “bastava que o Governador tivesse uma atitude hostil, que todos seguiam o exemplo”. De acordo com os diversos interlocutores, o nível de abertura das instituições governamentais tende a diminuir com a distância em relação à capital provincial.

5. O RELACIONAMENTO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Apesar de se constatarem intensas dinâmicas de cooperação entre as organizações da sociedade civil da província (expressa através da constituição de redes de actuação ou partilha de recursos), não deixam de ser perceptíveis atitudes de competição pela busca de informações ou de produção de relatórios para apresentação a doadores. Dependentes de financiamento e de cariz profissionalizado, as organizações mais próximas dos centros urbanos não deixaram de apresentar uma lógica de funcionamento bastante burocratizada, por vezes até de forma oportunista.

Por outro lado, como reconheceram praticamente todos os interlocutores, entre as organizações da sociedade civil constata-se uma grande diversidade de estratégias políticas, que vão da denúncia directa e da oposição frontal ao grande capital e às estruturas dirigentes, até atitudes de cooperação com o Governo ou com as grandes empresas, gerando-se uma forte desconfiança entre os dirigentes destas instituições. Neste cenário, processam-se acusações mútuas. Uns são acusados de se aliarem ao status quo, alegando-se a obtenção de apoios do Governo ou de empresas mineradoras, ao nível da facultação de instalações, de meios de transporte ou até de apoio monetário. Outros são criticados por serem demasiado radicais e isolacionistas, dificultando assim o diálogo e as transformações sociais.

6. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A partir de meados da década passada, o grande volume de investimento canalizado para a indústria extractiva na província de Tete gerou um crescimento das expectativas socioeconómicas das populações. Contudo, aquando do início desta euforia a província apresentava-se numa situação de desvantagem: ainda não existiam infra-estruturas, tecnologias, qualificações ou experiências necessárias sobre os diversos processos, nomeadamente sobre a própria indústria extractiva, sobre os respectivos impactos ambientais, sobre reassentamentos populacionais ou sobre gestão territorial. Se o forte investimento gerou diversas oportunidades de negócio entre as populações mais qualificadas ou mais próximas dos centros de decisão, capazes de aproveitar os efeitos multiplicadores em sectores como a construção, o arrendamento imobiliário, a hotelaria ou a restauração, a verdade é que esse investimento não deixou de ser gerador de vários problemas sociais. Os reassentamentos populacionais e a diminuição da capacidade de produção agrícola e artesanal, os impactos ambientais, a ausência de postos de trabalho capazes de absorver a população local ou as crescentes desigualdades sociais foram geradores de um clima de insatisfação social. As diversas medidas de

responsabilidade social implementadas pelas grandes companhias multinacionais (ao nível da construção de habitações, de escolas ou centros de saúde) não foram, na verdade, capazes de eliminar a tensão, culminando num conjunto de acções de protesto contra as mineradoras ou contra o Governo local. O desenvolvimento capitalista foi responsável pelo surgimento de uma série de novas organizações não governamentais, com quadros politicamente mais activos e informados, actuando ao nível do apoio jurídico das populações. O investimento económico foi assim responsável por uma emancipação política das populações, crescentemente mais participativas e exigentes de democratização, aumentando a tensão com o grande capital e com as estruturas governamentais. Não obstante as inevitáveis resistências, o conflito e a mudança constituem características inevitáveis de todas as sociedades, pelo que a província de Tete não constituirá uma excepção.

BIBLIOGRAFIA:

- FRANCISCO, António; Mucavele, Albertina; Monjane, Paula e Seuane, Sónia (2008) Índice da sociedade civil em Moçambique 2007 – avaliação, desafios, oportunidades e acção. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.
- G20 (2011) Declaração da sociedade Civil na província de Tete na VII sessão do Observatório do Desenvolvimento – Novembro de 2011.
- GROELSEMA, Robert; Turner, Michael e Shenga, Carlos (2009) Avaliação da Democracia e Governação em Moçambique – Relatório Preliminar. Maputo: USAID.
- HEINRICH, Finn (Editor) (2007) CIVICUS Global Survey of the State of Civil Society. Volume 1. Country Profile. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- INE (2006). As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005). Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011) El dorado Tete: os megaprojectos de mineração. Maputo: Centro de Integridade Pública.



think

ZERO WASTE

Por: Harnoor Gill

O propósito por trás da iniciativa Desperdício Zero é o objectivo ético, económico e eficiente de ajudar a guiar as pessoas a mudar os seus estilos de vida e as suas práticas no decorrer do seu quotidiano. Ajudar este planeta, desta maneira pequena mas significativa, a emular um ciclo natural sustentável onde todos os materiais descartados são projectados para se tornarem recursos para outras pessoas usarem. Isto, por sua vez, não cria desperdício ou lixo algum, ajudando a criar uma vida de longevidade para as pessoas que dependem da sobrevivência deste planeta. Alguns descrentes podem considerar este objectivo pretensioso, mas ser capaz de não só desenhar e gerir produtos, mas também processos para reduzir o volume e a toxicidade dos desperdícios ao implementar este modo de vida, vai ajudar a acabar com todas as descargas feitas ao solo, água ou ar, que possam ser uma ameaça para a saúde de viver a vida neste planeta.

A grande mais valia deste modo de vida é que este é essencialmente uma filosofia, uma estratégia e um conjunto de ferramentas práticas que procuram eliminar suficientemente o lixo deste mundo e não ter que geri-lo. A melhor maneira que encontrei de pôr as pessoas ao meu redor a começar a perseguir a ideia de não criar lixo adicional para o mundo foi ajudá-las a pensar se seriam capazes de ter ideias para implementar com a finalidade de criar pouco ou nenhum desperdício. No início, as pessoas do meu círculo de amigos e família achou isto muito difícil, no entanto, conforme as soluções geradas pelas ideias foram resultando em menos lixo, toda a tarefa se foi rapidamente tornando mais fácil. A experiência de introduzir o conceito de Desperdício Zero e, em seguida, vê-lo ser implementado diante dos meus olhos pelos meus amigos e família foi realmente uma experiência gratificante para mim. Senti-me muito realizado pelo feito, porque pude ver as aplicações de ensinar os meus amigos e família em todo o seu efeito.

Acho que a melhor maneira de comunicar os motivos do Desperdício Zero de uma maneira positiva é engajando a sua comunidade local. Como cidadãos, é importante que participemos e ajudemos a implementar planos de acção para Desperdício Zero. Ser capaz de participar em iniciativas como planos de acção dedicados às prioridades do Desperdício Zero é uma tarefa gratificante, e participar activamente na concepção do sistema de gestão de recursos é útil para a redução desses desperdícios. É imperativo que as campanhas de educação pública continuem a defender e incentivar a participação pública. Ser capaz de atingir a meta do Desperdício Zero como país, ajudaria a criar uma economia de baixas emissões de carbono, de gestão eficiente de recursos, resiliente e socialmente inclusiva.

Muitas pessoas parecem não perceber os milhares de postos de trabalho que poderiam ser gerados para devolver os nutrientes naturais ao solo, reduzir quaisquer impactos ambientais associados à eliminação de desperdícios e envolver os cidadãos na concepção de um melhor Canadá. A importância do impacto é fisicamente sobre a gestão dos fluxos de energia na economia. Portanto, Desperdício Zero oferece extremamente grandes potencialidades em termos de economia de energia e preservação da energia incorporada. Ao unirmo-nos como uma equipa coesa, poderemos conquistar e pôr fim à realidade horrível da gestão de lixo através do Desperdício Zero.



Os Tais, os Outros e Nós

Os Tais

“São 2500 francos suíços para adultos e 625 para crianças¹. Todos os meses. Sem fazer nada. E saídos diretamente dos cofres do Estado. Chama-se Rendimento Básico Incondicional (RBI) e é votado hoje, em referendo, na Suíça.”

Diário de Notícias, 5 de Junho de 2016

Há tempos, ao ler notícias online chamou-me a atenção um cabeçalho sobre um referendo na Suíça. “Porque será?” – lembro-me de pensar ao clicar no link. Estariam os Suíços a cogitar juntar-se à União Europeia? Seria o casamento ou a adopção por casais do mesmo sexo que os chamava às urnas? Não. Não era nada disso. Era bem mais surpreendente.

Confesso ter ficado deveras surpreso com a resposta à minha pergunta. “Rendimento Básico Incondicional?!” Como poderia eu sequer imaginar? Para começar, em Moçambique, apesar de previsto por lei, nunca houve referendo algum e não acredito que esteja para breve. Aliás, em Moçambique, a importância dada pelo Estado à participação do cidadão na vida política do país é ínfima, para não dizer nula. É mera formalidade. Prova disso, é o modo como descaradamente “varremos para debaixo do tapete” as várias e flagrantes fraudes eleitorais da nossa história, ou, por exemplo, o modo como a nossa democraticamente eleita maioria parlamentar não se coíbe de votar em bloco contra a chamada do governo à Assembleia da República

¹ cerca de 155.000 e de 38.750 Meticais, respectivamente.

para prestar esclarecimentos à população, quando uma explicação cabal é mais do que devida. Enfim, em Moçambique o paradigma político instituído ainda é o do líder supremo e seus amorfos seguidores. A simples ideia da nossa classe política descer do seu imaginário pedestal e convidar os Moçambicanos a participar directamente numa qualquer decisão do país (infelizmente) ainda é franca utopia. E se a ideia de um qualquer referendo em Moçambique ainda nos parece estapafúrdia, a ideia de um referendo sobre um Rendimento Básico Incondicional então, é no mínimo anedótica.

No entanto, apesar de tão promissora premissa, a “anedota” dos Suíços teve um desfecho decepcionante. O RBI foi clamorosamente rejeitado (mais de 70% da população votou contra) e assim perdeu-se a oportunidade de materializar uma interessantíssima experiência socioeconómica. O capitalismo triunfou. O medo triunfou. (Ou por outras palavras: Yah djo! Os gajos votaram contra!!!)

Os Outros

“O quadro econômico da Venezuela oferece refrescante contraste com o de outros países em que a moeda talvez esteja em crise, declinando continuamente de valor, ou até mesmo à beira de colapso. Imagine só viver num país em que o custo de vida só aumentou um por cento no ano retrasado!

Quando se pensa na Venezuela e em sua economia, a palavra “petróleo” logo vem à mente. Mas, a Venezuela se está empenhando arduamente para ampliar sua base econômica e para explorar sua abundância de outros recursos naturais. Não será para sempre que os poços de petróleo que jazem sobre o Lago Maracaibo e sob a grama ondulante de sua pradaria oriental continuarão a trazer prosperidade ao país. Os planejadores governamentais procuram meios de diversificar as fontes de renda. Mas, com que êxito?”

Despertai!, 8 de Agosto de 1970

Também nas notícias continua a Venezuela, mas esta, por motivos bem piores e desprovidos de qualquer potencial humorístico. Imersa numa grave crise económica desde 2013, a Venezuela é hoje, provavelmente, o país mais conturbado do planeta.

Uma economia em total colapso, com uma inflação de mais de 700% causada pela escassez de moeda estrangeira, por sua vez causada pela quebra no preço de petróleo (que representa 96% da balança de exportações do país), faz com que a vida dos Venezuelanos seja hoje um perfeito inferno. As prateleiras dos escassos supermercados ainda abertos – face às permanentes pilhagens a que são sujeitos – estão

permanentemente vazias, as bichas à porta desses supermercados são intermináveis (com pessoas tão desesperadas que pernoitam nas filas para não perderem a sua vez – o que na Venezuela é proibido por lei), os hospitais não têm medicamentos, a criminalidade é a mais alta do planeta, faz-se um racionamento diário de água e electricidade que afecta a produtividade do país, enfim... um caos.

Nem sempre foi assim. Outrora, à boleia do petróleo, a Venezuela já foi o país mais rico da América Latina. Mas esqueceram-se de diversificar... Deixaram-se ficar dependentes do extrativismo... Mais cedo ou mais tarde teria de acontecer.

Nós

“Depois do anunciado “eldorado” após a descoberta de enormes jazidas no Norte e Centro de Moçambique, capazes de banir a pobreza do país, as multinacionais que exploram os recursos minerais estão em debandada, alegando a baixa dos preços dos produtos nos mercados mundiais e a ausência de infraestruturas para o escoamento dos mesmos.”

RFI, 19 de Fevereiro de 2015

Graças à dívida oculta, os próximos tempos não se afiguram muito bonitos para Moçambique. Sabe-se que vêm a caminho dias conturbados, só não se sabe quão conturbados. Não querendo ser alarmista (e já sendo), estamos muito mais perto da Venezuela do que da Suíça, mas Moçambique tem muito a aprender com os dois. As lições são simples: Não existem Eldorados!

Investir em extrativismo hoje não é sensato.

Diversificar. Diversificar. Diversificar.

Uma democracia capaz e efectiva é a maior riqueza de qualquer povo.



Síntese do Encontro de Convergência e Resistência do Movimento não ao ProSavana

Nampula, 07 de Maio de 2016

Decorreu em Nampula, nos dias 6 e 7 de Maio, o encontro de Convergência e Resistência do Movimento Não ao ProSavana. Participaram desta reunião cerca de setenta pessoas, representando as organizações articuladas na Campanha Não ao prosavana, camponeses e camponesas de 19 distritos das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia abrangidos pelo programa Prosavana, bem como representantes de camponeses e camponesas de Cabo Delgado e das Comissões de Justiça e Paz de Nampula e Nacala.

O objectivo deste encontro era promover a reflexão aberta, conjunta e abrangente sobre o Programa Prosavana de modo a reafirmar o compromisso e reorganizar a resistência e a luta contra este programa.

Nós, organizações articuladas na Campanha Não ao Prosavana, camponeses e camponesas de 19 distritos das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia abrangidos pelo programa Prosavana, representantes de camponeses e camponesas de Cabo Delgado e das Comissões de Justiça e Paz de Nampula e Nacala, reafirmamos o seguinte:

1. Rejeitamos o Programa Prosavana, não obstante termos conhecimento de que o mesmo está a avançar contra a nossa vontade expressa ao longo dos últimos 4 anos;
2. O Plano Director é um documento de traição das necessidades e aspirações dos camponeses;
3. Há casos de usurpação de terra e violação dos direitos humanos nas comunidades abrangidas pelo Programa Prosavana;
4. Há distorção e deturpação das informações difundidas no âmbito da implementação deste programa;
5. As comunidades abrangidas não estão a receber a informação relevante e correcta sobre o programa, daí a necessidade das organizações unirem esforços para melhor difusão de informação;

Encontro de Reflexão em volta dos impactos do Gás em Moçambique



Depois de 10 dias de trabalho em Cabo Delgado com vista a perceber e avaliar os impactos do desenvolvimento do Gás naquela província, e tendo a equipa da Justiça Ambiental visitado e trabalhado em comunidades directa e indirectamente afectadas pelos projectos de Gás nos distritos de Metuge, Mocimboa da Praia, Palma e do Parque Nacional da Quirimbas, foi realizado no dia 16 de Junho de 2016 em Maputo, um encontro sob o tema “Reflexão sobre os Impactos do Gás em Moçambique”.

Este encontro, restrito apenas às organizações da sociedade civil, que contou com a presença de organizações que trabalham na Província de Cabo Delgado, visava essencialmente convidá-las a reflectir sobre os impactos directos e indirectos associados ao desenvolvimento de projectos de Gás na bacia do Rovuma.

Segundo Anabela Lemos, Directora Executiva da Justiça Ambiental, com a crise da dívida, a corrupção e queda da economia em geral, o nosso país está a olhar para as suas reservas de gás como uma resposta para todos os seus problemas. Esta pressão para gerar receitas urgentes do gás a qualquer custo, geralmente acaba criando danos irreversíveis e devastadores para o povo, o ambiente e pode mesmo piorar a realidade económica do país. “É por isso que é importante que a sociedade civil fique mais envolvida em como lidar com os riscos e preocupações em torno do gás” – disse a ambientalista.

Ainda, o evento criou um espaço para discussão e análise dos desafios das organizações que tem trabalhado no assunto, e acima de tudo sobre as melhores estratégias para um trabalho em conjunto com vista a alcançarem-se melhores resultados no âmbito de advocacia e protecção dos direitos ambientais e das comunidades.

Neste encontro foram feitas apresentações sobre:

- Os problemas dos impactos ambientais e sociais do gás;
- Transição energética, gás e mudanças climáticas;
- Exploração do gás e seus impactos nos direitos fundamentais dos cidadãos;
- Processo de reassentamento em Palma: problemas e desafios para um reassentamento justo e condigno;
- A realidade e potencialidades em Moçambique, sobre os benefícios directos da exploração do gás para as comunidades; e
- As implicações para Moçambique: aumento dos conflitos, doença holandesa, maldição dos recursos, direitos humanos e a crise da dívida no contexto da descoberta do gás.

Para além de terem sido feitas apresentações focadas nos temas acima mencionados, houve também espaço para a troca e partilha de experiências locais (de Cabo Delgado).

Notícias Internacionais

O ano passado foi o mais quente desde o começo dos registros, em 1880. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA (NOAA, na sigla em inglês) deu a confirmação na quarta-feira com a publicação de seu resumo anual. Além disso, o último mês de dezembro foi o mais quente dos últimos 135 anos.

Essa agência, uma das referências internacionais no acompanhamento do processo de aquecimento global sofrido pelo planeta, concluiu que durante 2015 a “temperatura média global” das superfícies terrestres e oceânica esteve 0,9 graus acima da média do século XX. A média é de 13,9 graus centígrados. Além disso, a flutuação em relação a todo o período em que se tem registros (1880-2015) também foi a maior de todos os tempos. O recorde anterior foi registrado em 2014. A NOAA também afirmou que “dez meses de 2015 tiveram temperaturas recorde”.

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/internacional/1453307538_631471.html

Estudo aponta morte de 35% da Grande Barreira de Corais da Austrália

O professor Terry Hughes, especialista em recifes de coral da Universidade James Cook de Townsville (nordeste), no Estado australiano de Queensland, afirmou que o aquecimento global está devastando um dos lugares mais emblemáticos da Austrália.

“Descobrimos que, em média, 35% dos corais morreram ou estão morrendo em 84 recifes que estudamos nas zonas norte e centro da Grande Barreira, entre Townsville e Papua Nova Guiné”, alertou, em um comunicado, assinado por três grandes universidades.

<http://guarujamix.com/estudo-aponta-morte-de-35-da-grande-barreira-de-corais-da-australia-30052016-ambiente/>



**Justiça
Ambiental**



**Friends of
the Earth
Mozambique**